



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

**TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, da Prefeitura de São Pedro das Missões/RS.

2 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **Modalidade:** DISPENSA DE LICITAÇÃO, **Critério de julgamento:** pelo MENOR PREÇO POR LOTE, **Fundamento Legal:** Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

3 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 Os itens que compõem os lotes desta licitação têm natureza de prestação de serviços e bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a ser adquiridos:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	REF.	QUANT.
1.	1.	FERRO RED TREFILADO 60MM	KG	22
	2.	FERRO CHATO	UN	20
	3.	FERRO RED TREFILADO 45,00MM	UN	22
	4.	PERFIL NORMAL 2MM 750X3000	UN	04
	5.	PERFIL NORMAL 3,75MM 300X2000	UN	04
	6.	PERFIL NORMAL 4,75MM 500X2000	UN	16



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

	7.	PERFIL NORMAL 8MM 50X150X50X710	UN	08
	8.	DISCO DESBASRTE 74	PC	06
	9.	DISCO CORTE CLASSIC INOX	PC	30
	10.	CORTE PLASMA	UN	01
	11.	PARAFUSO 14X100 C/ POLCA	PC	02
	12.	ARRUELA 5/8	PC	04
	13.	RETENTOR CUBO TRASEIRO	PC	02
	14.	BUCHA PINO DUPLO	PC	02
	15.	LANTERNA TR LE COM VIGIA	PC	02
	16.	MECANICA E ELETRICA	UN	01
2.	17.	FAIXA REFLETIVAS	UND	20
	18.	PINTURA	SRV	01
	19.	MATERIAL PARA PINTURA	UND	01
3.	20.	SOLDA MIG	HR	280
	21.	MÃO DE OBRA	HR	210
	22.	SERVIÇO TORNO	HR	250

3.5 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na Lei 14.133/2021, que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos.

3.6 O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 FUNDAMENTAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2 JUSTIFICATIVA

A presente contratação se faz necessária para a realização da manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, pertencente à frota da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS. O referido veículo é utilizado em diversas atividades operacionais essenciais, tais como transporte de materiais e resíduos sólidos, execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural, sendo imprescindível para o funcionamento adequado dos serviços públicos.

Considerando a necessidade de reparos estruturais na caçamba, incluindo a substituição de peças e a realização de serviços mecânicos, elétricos, de soldagem, pintura e torno, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para garantir a segurança e a eficiência do veículo. A ausência da devida manutenção compromete a funcionalidade do caminhão, podendo impactar negativamente na continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo município.

Além disso, a realização da manutenção preventiva e corretiva visa resguardar o patrimônio público, evitando gastos excessivos com danos mais severos no futuro e prolongando a vida útil do equipamento. A contratação de empresa qualificada assegura que os serviços sejam executados de acordo com as normas técnicas e os padrões de segurança exigidos.

Dessa forma, a presente contratação atende ao interesse público e observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, garantindo a adequada execução das atividades municipais e o cumprimento das obrigações da administração pública.

3. PREVISÃO NO PCA

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, **entretanto o município está em vias de elaboração de seu PCA.**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº.14.133 de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº.12.343/2024, para R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais com cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação das empresas mencionadas abaixo, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente, representa a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

- **ROGERIO FABIANO ZANDONA**, inscrito no CNPJ **06.149.192/0001-89**, com sede na Avenida Brasil, SN, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 01**;
- **JEAN'S CAR - JEAN BRIZOLLA STEIN**, inscrito no CNPJ **42.258.451/0001-73**, com sede na Avenida Brasil, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 02**.
- **VANESSA ALVES**, inscrita no CNPJ **43.429.106/0001-18**, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, São Pedro das Missões/RS, vencedora do **LOTE 03**;

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação visa à execução de serviços especializados e ao fornecimento de peças para a manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, pertencente à Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS. A solução contempla a restauração completa da estrutura da caçamba, garantindo sua funcionalidade e segurança para a continuidade dos serviços municipais.

A execução será realizada por empresa qualificada, abrangendo a substituição e fornecimento de peças essenciais para a recuperação da caçamba, incluindo perfis metálicos, parafusos, arruelas e componentes estruturais; serviços de corte e soldagem para reparo e reforço da estrutura metálica, assegurando resistência e durabilidade; serviços de torno e ajustes mecânicos para garantir o perfeito funcionamento das partes



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

móveis e fixas do equipamento; revisão e manutenção elétrica e mecânica, com a substituição de componentes danificados, garantindo o desempenho adequado do veículo; e aplicação de pintura e instalação de faixas refletivas, promovendo a conservação da estrutura e a conformidade com as normas de segurança viária.

A solução proposta atende à necessidade de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, prolongando a vida útil do equipamento e prevenindo gastos excessivos com danos mais severos no futuro. Além disso, a contratação busca assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados à comunidade, observando os princípios da eficiência, economicidade e legalidade. A execução será acompanhada por fiscal designado pela Administração Municipal, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos e a conformidade com as especificações contratuais.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens e serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

6.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

6.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

6.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

6.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

Não será necessário a apresentação de amostra.

6.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

6.6 SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 IMPACTOS AMBIENTAIS

6.8.1. A execução dos serviços de manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266 pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente relacionados ao descarte de resíduos metálicos, óleos, tintas e solventes utilizados no processo de reparo e pintura. Caso não sejam manejados corretamente, esses resíduos podem contaminar o solo e a água, além de gerar poluição do ar por meio da emissão de partículas provenientes dos processos de soldagem e corte de metais.

6.8.2. Para mitigar esses impactos, a empresa contratada deverá adotar práticas ambientais adequadas, como o descarte correto de resíduos sólidos e líquidos em locais apropriados e licenciados, o uso de tintas e solventes com menor impacto ambiental e a destinação responsável de peças e componentes substituídos.

6.8.3. Além disso, é fundamental que os serviços sejam realizados em conformidade com as normas ambientais vigentes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), garantindo que todas as etapas do processo atendam aos requisitos de sustentabilidade e preservação ambiental, minimizando qualquer dano ao meio ambiente.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços de manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, garantindo a qualidade e segurança do trabalho realizado.
- b) Fornecer todas as peças e materiais necessários para a execução dos serviços, assegurando que sejam novos, originais e compatíveis com o veículo, salvo quando especificado de outra forma pela Administração.
- c) Realizar os serviços no prazo estipulado no contrato, sendo de 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido pela Administração Municipal.
- d) Responsabilizar-se pela correta destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e adotando medidas de mitigação de impactos ambientais.
- e) Disponibilizar mão de obra qualificada e especializada para a execução dos serviços, assegurando que os profissionais designados possuam a experiência e certificações necessárias.
- f) Garantir que todos os procedimentos sejam realizados em conformidade com as normas de segurança do trabalho, prevenindo riscos a seus empregados e terceiros, bem como adotando equipamentos de proteção individual e coletiva adequados.
- g) Permitir e facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS, fornecendo todas as informações e documentos solicitados para comprovar a regularidade dos serviços executados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

- h) Garantir a manutenção e o bom funcionamento da caçamba pelo período de garantia estipulado no contrato, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas ou defeitos identificados sem ônus adicional para a Administração.
- i) Cumprir integralmente as cláusulas contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Emitir a ordem de serviço para o início da execução dos trabalhos, especificando os prazos e demais condições estabelecidas no contrato.
- b) Disponibilizar à contratada todas as informações e especificações técnicas necessárias para a correta execução dos serviços de manutenção da caçamba do caminhão Cargo 2629, placa IVS-4266.
- c) Designar um responsável técnico ou fiscal para acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos serviços, garantindo o cumprimento das exigências contratuais.
- d) Realizar a fiscalização contínua dos trabalhos, verificando o atendimento às normas técnicas, à legislação ambiental e às condições de segurança exigidas.
- e) Efetuar o pagamento à contratada conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que os serviços sejam executados conforme as especificações e aprovados pela fiscalização da Administração.
- f) Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução dos serviços, solicitando a correção no prazo adequado.
- g) Assegurar que a contratada tenha acesso ao local de trabalho, sempre que necessário, para a execução dos serviços, observando as regras de segurança e normas internas da Administração.
- h) Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato firmado.

8 MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.2 FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n' 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

8.3 Fiscal de Contrato

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º](#)).

8.4 Gestor do Contrato

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

9 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, e a devida entrega dos itens.

9.2. Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

9.3. A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São José das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

10.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

11. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

11.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.

12. DAS SANÇÕES

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 48.422,00** (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais).

Lote	Item	Descrição	Ref.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1.	1.	FERRO RED TREFILADO 60MM	KG	22	R\$38,00	R\$836,00
	2.	FERRO CHATO	UN	20	R\$216,00	R\$4.320,00
	3.	FERRO RED TREFILADO 45,00MM	UN	22	R\$38,00	R\$836,00
	4.	PERFIL NORMAL 2MM 750X3000	UN	04	R\$350,00	R\$1.400,00
	5.	PERFIL NORMAL 3,75MM 300X2000	UN	04	R\$250,00	R\$1.000,00
	6.	PERFIL NORMAL 4,75MM 500X2000	UN	16	R\$375,00	R\$6.000,00
	7.	PERFIL NORMAL 8MM 50X150X50X710	UN	08	425,00	3.400,00
	8.	DISCO DESBASRTE 74	PC	06	R\$18,00	R\$108,00
	9.	DISCO CORTE CLASSIC INOX	PC	30	R\$10,00	R\$300,00
	10.	CORTE PLASMA	UM	01	R\$1.600,00	R\$1.600,00
	11.	PARAFUSO 14X100 C/ POLCA	PC	02	R\$15,00	R\$30,00
	12.	ARRUELA 5/8	PC	04	R\$3,00	R\$12,00
	13.	RETENTOR CUBO TRASEIRO	PC	02	R\$110,00	R\$220,00
	14.	BUCHA PINO DUPLO	PC	02	R\$370,00	R\$740,00
	15.	LANTERNA TR LE COM VIGIA	PC	02	R\$80,00	R\$160,00
	16.	MECANICA E ELETRICA	UN	01	R\$1.000,00	R\$1.000,00
2.	17.	FAIXA REFLETIVAS	UND	16	R\$10,00	R\$160,00
	18.	PINTURA	SRV	01	R\$2.500,00	R\$2.500,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

	19	MATERIAL PARA PINTURA	UND	01	R\$1.500,00	R\$1.500,00
	20	SOLDA MIG	HR	280	R\$250,00	R\$17.500,00
3.	21	MÃO DE OBRA	HR	210	R\$150,00	R\$3.000,00
	22	SERVIÇO TORNO	HR	250	R\$180,00	R\$1.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 48.422,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais).						

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

2028 - Encascalhamento de Estradas

3390.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3390.30.25.00.00.00 - Material Para Manutenção de Bens Móveis

2027 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

3390.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3390.30.25.00.00.00 - Material Para Manutenção de Bens Móveis

São José das Missões/RS, em 24 de março de 2025.

Rudinei Quevedo
Secretaria Municipal de Obras